



**A relação Brasil X Paraguai uma Integração Econômica apresentada na
ótica do desenvolvimento regional através migração e relação de trabalho**

Romulo Augusto Canuto¹

Carlos Menezes de Souza Júnior²;

Herbet A. Oliveira³,

Eixo Temático: 19 (Pesquisa fora do contexto educacional)

RESUMO

O presente trabalho objetiva demonstrar a integração econômica entre o Brasil e o Paraguai, através da ótica do desenvolvimento regional impulsionada pela migração e relação de trabalho. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas nos trabalhos realizados evidenciando a percepção da população brasileira em relação à migração paraguaia, o processo migratório como um todo e a relação de trabalho até a atualidade, buscando verificar qual o desenvolvimento gerado pela relação das tendências migratórias internacionais entre o Brasil e o Paraguai e a sua integração econômica, apresentando que fatores como as diferenças quanto à legislação trabalhista e às políticas salariais ou de terras são decisivas para as migrações internacionais e o processo migratório é distinto, porém, fruto da internacionalização do mercado de trabalho.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate the economic integration between Brazil and Paraguay, through the perspective of regional development driven by migration and the employment relationship. To this end, literature searches were performed in the work done showing the perception of the population in relation to the Paraguayan migration, the migration process as a whole and working relationship to the present, trying to verify which development generated by the relationship of international migration trends between Brazil and Paraguay and their economic integration, showing that factors such as differences in labor laws and wage policies

¹ Pos graduado em Eng de Seg do Trabalho, NPDEMA, Mestrando em Economia, romulo_canuto@globo.com

² Pos graduado em Pedagogia, NPDEMA, carlosmenezesj@hotmail.com

³ Mestre em Ciências dos Materiais, NPDEMA, herbetalves148@hotmail.com

or land are critical to international migration and the migration process is distinct, however, the result of the internationalization of the labor market.

1 – INTRODUÇÃO

Observando-se os contextos mundial, nacional e local, percebe-se que a busca pelo desenvolvimento econômico e regional é uma realidade desde a existência da humanidade.

Nos tempos mais remotos, ainda na antiguidade, o homem já explorava todos os recursos disponíveis no contexto ao qual estava inserido, proporcionando assim a sua subsistência.

Avançando um pouco mais na história, a busca pelo desenvolvimento econômico não cessou e, desta maneira, o homem acabou percebendo que poderia explorar mais recursos do que era necessário para sua subsistência.

A partir daí, pode-se então armazenar o excesso para consumo posterior ou para ser aproveitado como moeda de troca por outros não produzidos em sua região de origem nas feiras de escambo. Surgem então, as primeiras relações comerciais, que por mais que fossem rudimentares, já proporcionavam uma melhor condição de vida aos envolvidos.

Lograr êxito no desenvolvimento regional significa elevar o grau de desenvolvimento humano. Desta forma, trazendo essa discussão para o tempo atual, é notória a grande preocupação das autoridades públicas em priorizar ações e medidas que promovam soluções no intuito de fomentar o desenvolvimento econômico.

Através de modelos administrativos e legislações que formam a estruturação social, podem-se citar três elementos fundamentais no comprometimento do desenvolvimento de um local ou região, ei-los: o poder público – através das suas políticas públicas de desenvolvimento, o setor privado – pela capacitação e geração de emprego e renda e também a própria comunidade local.

Uma das características da história do capitalismo tem sido a intensa mobilidade espacial da população. Dentro de cada país, as cidades se transformaram em *locus* hegemônico da acumulação de capital, acelerando os processos de urbanização, fruto não só

do crescimento vegetativo da população mas, principalmente, das migrações internas originárias do campo.

Cada país, é claro, tem a sua própria história e, portanto, processos específicos de desenvolvimento, urbanização e mobilidade espacial da população. Entretanto, não houve economia e sociedade que se desenvolvessem sem que houvesse uma intensa mobilidade espacial da população.

Mas estas migrações também ocorrem entre os diferentes países, constituindo um outro traço do desenvolvimento do capitalismo. Há um permanente fluxo internacional de população que, em determinadas circunstâncias, tem se acentuado. A história recente não poderia ser bem compreendida se não fosse considerada a interação entre os países através das suas populações. A própria identidade de muitos deles, a sua constituição como nação, foi um produto do movimento internacional de diferentes povos.

Tradicionalmente, os paraguaios mantiveram uma relação migratória (emigração) muito forte com a Argentina. Uma corrente de estudos na Argentina e, em proporção menor, no Paraguai, vem se interessando por essas populações por muito tempo nas diversas áreas das ciências sociais. No Brasil, entretanto, essas populações nunca tiveram representação tão grande como na Argentina, o que, certamente, contribuiu para o relativo desinteresse pela questão.

Por outro lado, os estudos migratórios (internacionais) no Brasil se voltaram, desde tempos atrás, para o estudo de populações específicas e historicamente representadas no país, sejam africanas, sejam européias, ou asiáticas, ou então na emigração brasileira para o além-mar, aos Estados Unidos (SALES 1999; FUSCO 2005; SALES 2006) ou à Ásia. Os conhecimentos acadêmicos no Brasil sobre as migrações internacionais vêm se estruturando geralmente no estudo de populações outras das que nos interessam aqui.

2 – PROBLEMA E OBJETIVO

A percepção da população brasileira sobre a imigração dos vizinhos evoluiu, talvez, com a maior visibilidade e logo mediatização da migração paraguaia. Fala-se intencionalmente de visibilidade porque, realmente, essa migração não é nova no Brasil e, apesar dessa

população ter aumentado – o censo aponta crescimento de 29,9% entre os censos de 1991 e 2000, ainda é muito pequena.

Mas o que faz a diferença e talvez pareça aspecto relativamente novo é sua localização, principalmente nos bairros centrais de São Paulo, e suas atividades, o comércio ambulante e a confecção.

Logo, essa população migrante concentrada no espaço, especializada na sua atividade, fisicamente diferenciada, que em parte ocupou o espaço público (camelôs) da metrópole, despertou esse novo interesse. Ainda recentemente, pensava-se que a imigração de paraguaios, ou não existia, ou se limitava às margens da nação, nas fronteiras internacionais ou agrícolas.

Percebe-se hoje que esse modelo, que correspondeu a uma realidade, evoluiu bastante, e que essas migrações evoluíram muito, no sentido de grande diversificação. Portanto, muito mais que crescimento quantitativo, o que caracteriza essas populações migrantes nos últimos 20 anos é a evolução qualitativa, isto é, a diversificação e complexificação das formas de migrar (percursos e estratégias) e dos perfis socioculturais dos migrantes.

No que se refere a estudos sobre os paraguaios no Brasil, não é fácil conseguir levantar estudos, uma vez que estes, além de não se ocupar da atualidade, percebem a migração internacional, não em si, mas exclusivamente como consequência da dinâmica de desenvolvimento regional.

Desta forma, este artigo visa verificar, **qual o desenvolvimento gerado pela relação das tendências migratórias internacionais entre o Brasil e o Paraguai e a sua integração econômica?**

Para buscar responder essa problemática o trabalho tem como objetivo apresentar a integração econômica através de uma visão das tendências de migrações internacionais entre o Brasil e seu vizinho o Paraguai.

3 – O PROCESSO MIGRATÓRIO E RELAÇÃO DE TRABALHO

No que se refere à migração brasileira no Paraguai, as fontes são mais diversas. Essa migração, que começou nos anos 1960-1970, adquiriu rapidamente grande magnitude. Tratando-se de uma migração específica, relacionada a uma colonização agrícola, revestiu-se de caráter geopolítico.

Do lado paraguaio, a questão foi trabalhada nas suas conseqüências em termos de soberania nacional e de privação de acesso à terra para as populações locais (LAINO 1977 ; PALAU & HEIKEL 1987 ; FOGEL 1990 ; GALEANO 1993 ; PALAU 1996 ; FOGEL & RIQUELME 2005). Considerada como responsável pela marginalização das populações rurais nacionais e como freio real às possibilidades de reforma agrária é também responsável pelo forte êxodo rural e pela crise urbana.

Do lado brasileiro, Cortêz retomou a questão política dessa população a partir de uma análise antropológica, enfatizando sua difícil inserção e as discriminações que sofreu tanto do lado paraguaio quanto do lado brasileiro, quando, por exemplo, no fim dos anos 1980, parte dela foi expulsa do Paraguai e não foi aceita no Brasil, colocando-a numa situação semelhante a apátridas. (CORTÊZ 1993) Sprandel focalizou os processos de construção de identidade étnica dos “brasiguaios” a partir de um trabalho de campo realizado em Mato Grosso do Sul (SPRANDEL 1991).

Mais recentemente, em outro trabalho (SPRANDEL 2006), contribuiu para o “estado das artes” sobre a questão.

Outra tradição de estudos, mais ligada à geografia regional, abordou essa migração internacional. Vários autores franceses, alemães, ingleses e holandeses (GAIGNARD 1978; NICKSON 1981; KOHLHEPP 1984; ZOOMERS & KLEINPENNING 1990; NAGEL 1991; NEUPERT 1991; PÉBAYLE 1994; SOUCHAUD 2002; 2005) enfatizaram esse movimento de população em suas várias dimensões territoriais e seus impactos em termos de desenvolvimento, abordando tanto a dinâmica agrícola e rural, quanto a dinâmica urbana dentro da área de colonização.

O mercado de trabalho está cada vez mais seletivo e competitivo, gerando um “excedente estrutural de força de trabalho” que tem avançado inclusive sobre os “espaços secundários do mercado de trabalho”, tradicional nicho dos imigrantes.

A crise do *Welfare State* e a existência deste excedente estão na raiz do ambiente cada vez mais adverso para os imigrantes de outros países, outrora tão "bem-vindos" e necessários.

A globalização e acelerada interdependência têm levado à formação de blocos de países como o Mercosul. Para facilitar a sobrevivência sob condições de alta competitividade, os países têm se agrupado, diluindo alguns limites do Estado nacional. Estados passam a dividir com outros Estados a formulação de alguns parâmetros básicos da política econômica e monetária. A contrapartida tem sido o ressurgimento de movimentos nacionalistas e étnicos, como se o reforço da identidade nacional pudesse compensar a internacionalização de algumas funções do Estado nacional.

Mercados de trabalho competitivos e seletivos, nacionalismo e preconceitos étnicos redefiniram o significado das migrações internacionais para os países desenvolvidos. Se até a década de 70 os migrantes eram necessários economicamente e aceitos socialmente, nos anos 80 passaram a ser competitivos com os nacionais no mercado de trabalho e objeto de discriminação social e legal.

Os países mais pobres, como o Brasil, viveram na década de 80 tentativas malsucedidas de ajuste econômico e financeiro, visando à nova realidade do capitalismo internacional e à necessidade de saldarem os compromissos com os pagamentos das dívidas externas. O resultado foi uma década de crise econômica com uma profunda dimensão social, em que as taxas de desemprego se aproximaram dos 15% e a miséria se generalizou para 20% da população.

A globalização da economia também tem imposto aos países em desenvolvimento, para que se tornem competitivos internacionalmente, a "importação da reestruturação produtiva" que, somada a um crescimento demográfico bem acima daquele dos países do Primeiro Mundo, tem produzido mercados de trabalho seletivos e competitivos, principalmente nos setores mais modernos da economia, altamente oligopolizados.

É claro que a queda da fecundidade e o declínio generalizado nas taxas de crescimento populacional devem ter ajudado a reduzir a pressão populacional sobre os mercados de trabalho. Entretanto, a fantástica redução das taxas de crescimento das grandes regiões metropolitanas de países como o Brasil sinaliza também para outro fenômeno: a redução das migrações internas, principalmente as inter-regionais. Os grandes centros urbanos

deixaram de ter o enorme poder de atração que tiveram em décadas anteriores, não só pela crise econômica, expressa no maior fechamento dos mercados de trabalho, mas pela dimensão social que ela encerra. E aqui vale a pena chamar a atenção para um fenômeno recente, fundamental na sociedade brasileira: o descolamento da mobilidade espacial da mobilidade social.

Em períodos de expansão econômica e mercados de trabalho mais abertos, o processo migratório interno significava a possibilidade de o indivíduo se mover na escala social mediante uma bem-sucedida mobilidade ocupacional e uma conseqüente melhoria do seu padrão de renda no lugar de destino.

A verdade, porém, é que o processo migratório era seletivo. Uma grande parte dos migrantes não conseguia sucesso nesta mobilidade, só restando a eles o retorno às origens ou o itinerário de milhões de brasileiros: pular de cidade em cidade ou de região em região, como nômades sociais.

O importante é que essas possibilidades de mobilidade social, mesmo não sendo para todos os emigrantes, estão tendendo a se esgotar. Os empregos em mercados de trabalho "menos nobres" ou em "espaços secundários", como a construção civil, ou mesmo no mercado informal, se tornaram muito mais competitivos. Simultaneamente, os mercados de trabalho dos setores mais modernos da economia se tornaram mais fechados e oligopolizados, fruto da aliança das corporações empresariais com os trabalhadores com o objetivo de se manterem os lucros e os salários reais.

Os pré-requisitos para a entrada nestes mercados também ficaram mais rígidos quanto às necessidades de formação profissional e "*on the job training*". O resultado é que se tornou impossível, para a grande maioria dos migrantes, associar a sua mobilidade espacial a uma maior mobilidade ocupacional e social. Não foi por outra razão que a migração para as regiões antes de grande atração migratória, como as regiões metropolitanas, reduziu-se enormemente. As crises econômica e social certamente contribuíram para agravar esta situação, mas mesmo aqueles setores mais modernos que conseguiram, recentemente, recuperar suas taxas de crescimento não recuperaram na mesma proporção as suas taxas de absorção de mão-de-obra. E o motivo é que o crescimento destes setores dentro do padrão internacional da "reestruturação produtiva" tem economizado largamente a mão-de-obra.

As informações que circulam pela mídia são reforçadas pelas "redes sociais de imigrantes". Esta é uma característica fundamental das migrações a longa distância e, sem dúvida, das internacionais. Ninguém migra isoladamente. O processo migratório tende a ser coletivo, funcionando como uma bola de neve. Os que migram estabelecem entre si uma "rede" de informações e apoio visando não só informar sobre as condições do país de destino, como facilitar a adaptação do imigrante. Estas "redes sociais de cooperação" são fundamentais e, no limite, tendem a reforçar, nos países de destino, verdadeiros guetos de imigrantes onde, interagindo entre si, eles se defendem no difícil processo de integração na sociedade e economia dos países mais avançados.

O Brasil é um bom exemplo. Inserido no Mercosul e fazendo fronteiras com outros países latino-americanos, ele também tem se integrado com estes países mediante fluxos de população. Bolivianos, chilenos, peruanos e paraguaios têm imigrado para o Brasil em grandes quantidades. Interessante é que tende a se reproduzir aqui o que ocorre com os brasileiros que emigram para os países mais avançados: geralmente eles se inserem no "espaço secundário do mercado de trabalho", em atividades periféricas não regulamentadas pela legislação trabalhista. O caso dos bolivianos em São Paulo é ilustrador (Galleti, 1995). Eles trabalham nas indústrias de confecção, hoje totalmente controladas pelos imigrantes coreanos, onde não têm nenhuma proteção da legislação trabalhista. A aceitação desta situação pelos bolivianos se justifica, na maioria das vezes, pela sua própria condição ilegal no Brasil.

Além da internacionalização do mercado de trabalho entre países vizinhos, o mercado de terras também é decisivo para as migrações. A grande emigração de brasileiros para o Paraguai foi predominantemente determinada por projetos de colonização e pelas diferenças no preço da terra, bem mais baixo em regiões paraguaias do que nos estados do sul do Brasil.

Ou seja, a internacionalização de outros mercados de fatores de produção, como a terra, também é decisiva para as migrações entre países vizinhos (Reydon e Platz, 1995).

As regiões de livre comércio, como o Mercosul, tendem a levar ao limite a internacionalização dos mercados de fatores de produção, já que as restrições alfandegárias são fortemente reduzidas. Porém, a integração mercantil não significa a diluição dos limites do Estado-nação, e muito menos das suas heterogeneidades.

As diferenças quanto à legislação trabalhista e às políticas salariais ou de terras, que são decisivas para as migrações internacionais, dificilmente serão homogeneizadas. Portanto,

os fluxos de população continuarão existindo, sinalizados pelos desequilíbrios ou diferenças entre os vários países.

Vale a pena mencionar que as migrações internacionais, seja a curta ou a longa distâncias, fazem parte do cenário internacional hoje, assim como o fizeram há cem anos atrás. Só que no final do século passado e princípio deste as migrações tendiam a ser permanentes e os migrantes se integravam econômica e socialmente nos países de destino.

Eram, sem dúvida, fluxos socialmente desiguais que se inseriam desigualmente nas sociedades. Mas foi a partir da convivência destes diferentes povos que muitas nações se fizeram.

Atualmente, a realidade migratória é distinta: fruto da internacionalização do mercado de trabalho e da profunda desigualdade entre as nações, a maioria das migrações tende a ser cada vez mais temporária e os migrantes, meros trabalhadores que circulam internacionalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem mundial*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.

FNUAP. *A situação da população mundial 1993*. FNUAP, 1993.

GALLETI, Roseli. Imigração recente para a metrópole paulistana. Comunicação apresentada no seminário Contexto Geral das Migrações Internacionais, Campinas, Fecamp/Unicamp, 1995.

HEINZ, Fassmann e MUNZ, Rainer. “European east-west migration, 1945-1992”. *International Migration Review*, vol. XXVIII, n. 3, outono, 1994.

HOBSBAWM, Eric J. *The age of capital*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1977.

LENIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Coimbra, Editora Centelha, 1973.

LEVY, Maria Stella. “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972”. *Revista de Saúde Pública*, n. 8 (suplemento), 1974.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil no Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1979.

REYDON, Bastiaan e PLATA, Ludwig. “As migrações e o mercado de terras agrícolas no Cone Sul”. In: PATARRA, Neide (coord.), *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*, Campinas, FNUAP/Editora da Unicamp, 1995.

ROSSINI, Rosa Ester. ” À procura das origens ou a expectativa do enriquecimento rápido: o exemplo dos ‘dekasseguis’ do Brasil em direção ao Japão”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 9, n. 2, jul.-dez., 1992, pp.200-4.

SALES, Teresa. “Novos fluxos migratórios da população brasileira”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 8 , ns. 1-2, jan.-dez., 1991, pp.21-32.

WRIGLEY, C. *Population and history*. World University Library, 1979.